

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.

Informações Financeiras Intermediárias Condensadas
Em 30 de Junho de 2023
com Relatório dos Auditores Independentes



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A

Informações Financeiras Intermediárias Condensadas

30 de Junho de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias condensadas 3

Informações financeiras

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas	13

Relatório do auditor independente sobre as a revisão das informações financeiras intermediárias condensadas

Aos
Acionistas e Administradores das
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias condensadas da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (“Companhia” ou “CEASAMINAS”), que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte “Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias condensadas”, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão das informações financeiras intermediárias condensadas consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias condensadas

Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Companhia constituiu provisão para perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), cujos os valores residuais não representavam com fidedignidade a recuperabilidade destes ativos. Adicionalmente, em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação de empresa especializada em gestão de imobilizado com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão serem baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre o valor registrado contabilmente da provisão para perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), bem como dos possíveis impactos referentes ao resultado do trabalho da empresa especializada em gestão de imobilizado até sua conclusão.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias condensadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos mencionados na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias condensadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias condensadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34.

Ênfases

1. Programa Nacional de Desestatização – PND

Conforme mencionado na nota explicativa 21, a Companhia está incluída no Programa Nacional de Desestatização, com vista à sua privatização.

Chamamos a atenção para o fato que quaisquer decisões do governo federal, sobre a desestatização da Companhia, poderão vir a causar modificações de forma significativa nas informações financeiras intermediárias condensadas da mesma.

2. Cobertura de seguros

Conforme nota explicativa 20, a Companhia possui apólices de seguros para responsabilidade cível e ações trabalhistas. Chamamos a atenção que a Companhia não possui cobertura de seguro para os ativos imobilizados mencionados na nota explicativa 7, os quais estão zerados devido a constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34 e cuja a apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias condensadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2023.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1



Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC- 1MG080487/O-4

Ativo	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.365	39.415
Contas a receber de clientes	5	10.348	10.075
Estoques		206	178
Adiantamentos		1.107	313
Tributos a recuperar		512	255
Outros ativos circulantes	6	3.484	3.105
		63.022	53.341
Não circulante			
Caixa restrito	8	7.157	-
Depósitos judiciais	13.4	15.531	24.370
Instrumentos financeiros		430	414
Imobilizado	7	1.513	1.432
Intangível		334	323
		24.965	26.539
Total do Ativo		87.987	79.880

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
 Balanços patrimoniais condensados
 Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais)



Passivo	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	9	3.905	3.684
Obrigações sociais	10	7.477	3.841
Obrigações tributárias	11	1.872	2.544
Outros passivos circulantes	12	2.723	4.103
		15.977	14.172
Não circulante			
Provisão para contingências	13	47.144	45.336
Crédito Estado de Minas Gerais	14	6.305	6.305
Outros passivos não circulantes	12	90	503
		53.538	52.144
Patrimônio líquido			
Capital social	15	26.138	26.138
Prejuízos acumulados		(7.667)	(12.574)
		18.471	13.564
Total do passivo e patrimônio líquido		87.987	79.880

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Demonstração condensada dos resultados

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)



	Nota	01/03/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/03/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
RECEITA LÍQUIDA	16	15.521	30.739	15.487	30.119
		15.521	30.739	15.487	30.119
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	17	(16.271)	(25.561)	(10.349)	(20.074)
Despesas com contingências	14	(2.125)	(2.125)	(2.173)	(3.670)
		(18.396)	(27.686)	(12.522)	(23.744)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		(2.875)	3.053	2.965	6.375
Despesas financeiras	18	(46)	(98)	(162)	(217)
Receitas financeiras	18	1.935	3.775	1.540	2.924
Resultado financeiro		1.889	3.677	1.378	2.707
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(986)	6.730	4.343	9.082
(-) Impostos correntes	19	-	(1.823)	(2.270)	(4.378)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(986)	4.907	2.073	4.704

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
Demonstração condensada dos resultados abrangentes
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	01/03/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/03/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Lucro líquido (prejuízo) do período	(986)	4.907	2.073	4.704
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(986)	4.907	2.073	4.704

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
Demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.138	(24.339)	1.799
Lucro líquido do período	-	4.704	4.704
Saldos em 30 de junho de 2022	26.138	(19.635)	6.503
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.138	(12.574)	13.564
Lucro líquido do período	-	4.907	4.907
Saldos em 30 de junho de 2023	26.138	(7.667)	18.471

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Demonstração condensada dos fluxos de caixa

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

**CEASAMINAS**
Centrais de Abastecimento

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	4.907	4.704
Ajustes por:		
Provisão (reversão) para perda de crédito esperadas	1.647	-
Provisão para contingências	2.125	3.670
Imposto de renda e contribuição social	1.823	4.378
Lucro líquido do período ajustado	<u>10.502</u>	<u>12.752</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(1.920)	1.224
Estoques	(28)	7
Adiantamentos	(794)	(714)
Tributos a recuperar	(257)	15
Depósitos judiciais	8.839	(2.622)
Outros ativos	(379)	(42)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	221	244
Obrigações sociais	3.636	1.065
Obrigações tributárias	(1.740)	2.001
Pagamento de contingências	(317)	(45)
Outros passivos	(1.793)	319
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(755)	(5.446)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>15.215</u>	<u>8.758</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível e imobilizado	(92)	-
Instrumentos financeiros	(16)	(14)
Caixa restrito	(7.157)	(406)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(7.265)</u>	<u>(420)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.950</u>	<u>8.338</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	39.415	27.640
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>47.365</u>	<u>35.978</u>
	<u>7.950</u>	<u>8.338</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
 Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas
 Período de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)



	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
RECEITAS	31.668	32.608
Serviços e concessionários de uso	33.315	32.608
Estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa	(1.647)	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(8.062)	(12.287)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.964)	(12.070)
Despesas financeiras	(98)	(217)
VALOR ADICIONADO BRUTO	23.606	20.321
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	23.606	20.321
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.775	2.924
Receitas financeiras	3.775	2.924
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	27.381	23.245
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27.381	23.245
Pessoal	18.075	11.674
Remuneração direta	11.843	7.481
Benefícios	5.302	3.587
FGTS	929	606
Impostos taxas e contribuições	4.399	6.867
Federais	4.361	6.831
Municipais	38	36
Remuneração de Capitais Próprios	4.907	4.704
Lucro líquido do período	4.907	4.704

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.



1. Contexto operacional

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – (“CEASAMINAS” ou “Companhia”), sociedade de economia mista constituída sob a forma de capital fechado é uma sociedade por ações regida pelo estatuto, especialmente, pela Lei de criação Estadual nº 5.577, de 20 de outubro 1.970, pelas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis.

Sob controle acionário da União Federal, a Companhia tem como compromisso estatutário, entre outros, executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As informações financeiras da Companhia consolidam o movimento financeiro dos entrepostos localizados nos municípios de Barbacena/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Governador Valadares/MG, Juiz de Fora/MG, Caratinga/MG e Contagem/MG.

Além disso, consolidam a política Estadual de Desenvolvimento Agrícola estabelecida por meio da Lei nº 11.405/1994 do Estado de Minas Gerais, especialmente às determinações contidas na Seção XI, artigos 51 a 58, constando que o poder público deverá promover o abastecimento interno e implantar programa em relação aos mercados livres de produtores junto às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.

Cabe salientar, que a Lei nº. 12.422/1996 do Estado de Minas Gerais autorizou ao respectivo Poder Executivo alienar sua participação acionária na CEASAMINAS para a União Federal à exceção do domínio e da posse relativa aos bens necessários à preservação do Mercado Livre do Produtor e a coordenação e controle da política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, conforme estatuído no parágrafo único do artigo 2º.

Neste contexto, o Decreto nº. 40.963/2000 do Estado de Minas Gerais, regulamentador da citada Lei nº. 12.422/1996, discriminou os bens que o Estado de Minas Gerais manteria sob seu domínio e posse localizados no interior dos entrepostos da CEASAMINAS.

Para tanto, o Estado de Minas Gerais e a Companhia firmaram Termo de Cooperação objetivando garantir o funcionamento pleno das unidades dos Mercados Livres dos Produtores - MLPs, por meio da delegação da gestão administrativa, financeira, contábil e técnico-operacional dos espaços à CEASAMINAS, logo, os Mercados Livres dos Produtores - MLPs são indispensáveis à política de abastecimento do Estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras condensadas

As informações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias condensadas.

As informações financeiras intermediárias condensadas da Companhia, aprovadas pela respectiva Diretoria Executiva em 10 de agosto de 2023, foram elaboradas no curso normal de negócios, não sendo identificada, pela Administração da Companhia, nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade financeira, operacional e a continuidade de suas atividades nos próximos 12 meses.

A Companhia apresenta suas informações financeiras condensadas em 30 de junho de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em consonância às diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente o CPC 21 - Demonstração Intermediária, e a respectiva IAS 34 - Relatórios Financeiros Intermediários com a opção de apresentar as Informações financeiras intermediárias condensadas, emitido pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.1 Moeda funcional

Estas informações financeiras intermediárias condensadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das Informações financeiras intermediárias condensadas, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não houve alterações de normas e práticas contábeis no período findo em 30 de junho de 2023, quando comparadas com as últimas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	19	24
Bancos conta movimento	57	128
Aplicações financeiras (i)	47.289	39.263
	<u>47.365</u>	<u>39.415</u>

i) As aplicações financeiras são remuneradas pelas taxas médias entre 79,34% a 99% em 30 de junho de 2023 do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). São aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com vencimentos originais de até 90 dias.

5. Contas a receber de clientes

a) Composição

O saldo das contas a receber da Companhia pode ser assim demonstrado:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a receber de clientes	26.248	24.104
Acordos com clientes (i)	4.280	4.504
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(20.180)	(18.533)
	<u>10.348</u>	<u>10.075</u>

(i) Os acordos com clientes referem-se a inadimplentes que repactuam seus débitos junto à Companhia sobre títulos vencidos em um prazo de até 06 parcelas mensais. A variação dos períodos ocorre em função da repactuação dos montantes junto a estes e outros inadimplentes.

b) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

O quadro abaixo apresenta a movimentação ocorrida nos respectivos períodos:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(18.533)	(10.925)
(+) Constituição	(1.647)	(7.608)
Saldo final	(20.180)	(18.533)

6. Outros ativos circulantes

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado RDC – Recuperação Despesa Comuns (a)	2.822	2.575
Vale-transporte e alimentação	268	224
Vina Equipamentos e Construções Ltda. (b)	235	235
Outros ativos	159	71
	<u>3.484</u>	<u>3.105</u>

a) A Companhia firma contratos de concessão de uso mediante prévio processo licitatório (anteriormente embasado na lei 8.666/93 e atualmente pela Lei 13.303/16), onde concede espaço físico imobiliário por um prazo de 20 a 25 anos com os usuários dos entrepostos sobre seu controle. Os aludidos contatos preveem tarifa de uso para utilização dos espaços concedidos calculada conforme o m² (metro quadrado) disponibilizado.

Os contratos de concessão de uso preveem uma segunda tarifa denominada “Rateio de Despesas Comuns. – RDC”, cujo objetivo é custear as despesas de manutenção do espaço físico dos entrepostos utilizadas por todos os concessionários e abaixo discriminadas.

- Iluminação Pública de uso comum;
- Manutenção em Edificações;
- Manutenção em instalações (rede fluvial, rede elétrica, arruamento, jardinagem e trânsito de veículos);
- Água e esgoto,
- Pessoal próprio e terceirizado.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia registrou déficit das operações com RDC – Recuperação de Despesas Comuns, saldo devedor apurado em Conta Gráfica relativa ao “Rateio de Despesas Comuns – RDC” relativas aos entrepostos de Barbacena/MG, Caratinga/MG e Governador Valadares/MG.

b) Refere-se a serviços que serão absorvidos pelo “Rateio de Despesas Comuns RDC”.

7. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia para o período de apresentação estava assim representado:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Bens Estado de Minas Gerais	Outros ativos (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2021	1.430	-	-	-	-	1.430
Em 30 de junho de 2022	1.430	-	-	-	-	1.430
Em 31 de dezembro de 2022	1.430	-	-	-	2	1.432
Adições	-	-	-	-	81	81
Em 30 de junho de 2023	1.430	-	-	-	83	1.513

(*) Refere-se a urbanizações, máquinas e equipamentos, máquinas de escritório, móveis e utensílios, aparelhos de telecomunicações, aparelhos de informática e imobilizados em andamento.

Em 31 de dezembro de 2021, mediante reapresentação das demonstrações financeiras de 2019 a 2021 a Companhia constituiu para perda por redução ao valor recuperável “impairment” o montante total de R\$ 26.050 cujos valores residuais não representavam com fidedignidade a realidade da recuperabilidade destes ativos anteriormente publicado.

Em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação da empresa especializada em gestão de imobilizado Avance Ativo Imobilizado Ltda. (“Avance”), com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão serem baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos.

Em março de 2023, o trabalho efetuado pela Avance foi concluído e atualmente a Companhia está em processo de conciliação dos valores dos ativos identificados, bem como levantamento de 100% da documentação suporte, estima-se que a conclusão dos trabalhos será concluído até 31 de dezembro de 2023.

Neste contexto, itens nos quais foram provisionados como redução ao valor recuperável (*impairment*), poderão retornar, com os corretos dados necessários para validação da geração de benefícios econômicos destes respectivos ativos.

8. Caixa restrito

Em 02 de maio de 2023 a Companhia realizou seguro garantia judicial para execução trabalhista no processo nº. 0010346-49.2016.5.03.0031, mantido pelo Sindicato dos Advogados de Minas Gerais, em ação judicial dos advogados funcionários da Ceasaminas, pleiteando redução de jornada de trabalho, no valor de R\$ 7.157.

9. Fornecedores

Os saldos relativos a conta fornecedores estão apresentados pelos mais relevantes da Companhia. Todos mantendo contratos em consonância aos ditames das Leis 8.666/93 e Lei 13.303/16, para fornecimento de material e prestação de serviços, são eles:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cemig Geração e Transmissão S.A	1.294	1.115
Prefeitura Municipal de Contagem	69	146
Construtora Terrayama Ltda	59	59
Vina equipamentos e Construções Ltda	278	278
Segex Segurança Privada Eireli	281	279
Empresa Mineira de Computadores	65	82
Conservo Serviços Gerais Ltda	402	392
JRL Engenharia Ltda.	96	100
Saneape Soluções Ambientais EIRELI	605	509
Fornecedores diversos	756	724
	3.905	3.684

10. Obrigações sociais

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de férias	2.575	2.007
Participação de empregados - PLR (a)	143	143
Participação de administradores - PLR (a)	77	77
INSS a pagar (b)	1.287	739
FGTS a pagar (b)	488	164
INSS sobre férias	626	488
FGTS sobre férias	219	171
Outras obrigações sociais (b)	2.062	52
	7.477	3.841

- (a) As participações dos empregados no “Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR” e a “Remuneração Variável dos Administradores – RVA” são previamente aprovadas pelo seu Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, órgão do Ministério da Economia.

A “Participação nos Lucros e Resultados – PLR” é calculada em 6% do resultado do exercício e não poderá ultrapassar 25% dos dividendos propostos, com base em índice e metas predefinidas; a “Remuneração Variável dos Administradores – RVA” estabelece às condições para que a diretoria executiva da estatal participe dos resultados da Companhia.

- (b) Em 22 de maio de 2023, a Companhia juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Ativos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no estado de Minas Gerais – SINDSEP-MG, aprovaram o reajuste acumulado no índice de 25,69% para o período de 2022/2023. Tal fato gerou efeito também na provisão de 13º salário.

11. Obrigações tributárias

O saldo referente as obrigações tributárias podem ser assim apresentadas:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ISSQN a recolher	129	143
COFINS a recolher	389	390
PIS a recolher	75	82
IRRF a recolher	508	265
IRPJ e CSLL a pagar	-	1.068

PIS/COFINS/CSSL sobre terceiros	771	596
	1.872	2.544

12. Outros passivos circulantes e não circulantes

	30/06/2023	31/12/2022
Crédito de usuários (a)	298	236
Assoc. Comerciantes Uberlândia ACCU	197	160
Convênio Polícia Militar de Minas Gerais/CEASA-MG	161	125
CONAB - Cia Nacional de Abastecimento (b)	574	575
Conta Gráfica Recup. Desp. Comuns (c)	-	1.340
Associação Dos Produtores De Hortifrutigranjeiros Das CEASAS Do Estado De Minas Gerais	117	279
ACCEASA	450	444
Conta Graf. Rec. Desp. Comuns - Juiz de Fora (c)	60	392
Outras contas a pagar	956	1.055
	2.813	4.606
Circulante	2.723	4.103
Não circulante	90	503

- (a) Os créditos de terceiros referem-se ao reconhecimento de obrigações para com terceiros.
- (b) As obrigações mencionadas se referem à antiga dívida contraída junto à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para construções de edificações mediante o Termo de Acordo nº 08/2009 e do Contrato de Concessão de Uso nº LIC/CCU/JP 004-10.
- (c) Referem-se a valores retidos dos concessionários e/ou permissionários relativos ao saldo da Conta Gráfica do Rateio das Despesas Comuns - RDC recebidos a maior em períodos anteriores.

13. Depósitos judiciais e provisão para contingências

13.1 Composição e movimentação

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A movimentação das provisões esta demonstrada abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2021	3.773	18.633	17.385	39.791
Constituição	-	1.497	2.173	3.670
Pagamentos	-	(45)	-	(45)
Em 30 de junho de 2022	3.773	20.085	19.558	43.416
Em 31 de dezembro de 2021	4.415	22.278	18.643	45.336
Constituição	-	-	2.125	2.125

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas

Em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais)

**CEASAMINAS**

Centrais de Abastecimento

Pagamentos	-	(317)	-	(317)
Em 30 de junho de 2023	4.415	21.961	20.768	47.144

Contingências Prováveis**a) Outras**

INSS - A Companhia foi autuada administrativamente pela fiscalização do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS para recolhimento de contribuições previdenciárias que foram anteriormente (período de 09 a 12/2009 e 13/2009) objeto de compensação tributária sobre encargos sociais referentes a (i) férias mais 1/3 constitucional, (ii) salário-maternidade e (iii) indenização relativa aos primeiros quinze dias de afastamento por auxílio-doença ou acidente de trabalho. Essa autuação ensejou defesa da Companhia junto ao Poder Judiciário ainda pendente de solução definitiva, o montante provisionado nesta esfera perfaz o valor de R\$ 890.

Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. ("Via Magna") - A Ceasaminas celebrou contrato administrativo de concessão de uso LIC/CCU/AE001-14 firmado em 14 de abril de 2014, com a empresa Via Magna, cujo objetivo consistiu na concessão de uso de uma área de 551.724 m², então destinada à construção e exploração de um complexo de atividades varejistas ou atacadistas por um período de 60 anos. Que foi embargado pelos órgãos reguladores, prazo de concessão inválido. Em 19 de novembro de 2014, havia recebido a título da concessão o valor de R\$ 7.008. Em 3 de agosto de 2017, a Ceasaminas decidiu rescindir unilateralmente o contrato de concessão.

A demanda judicial de interesse da Companhia, representada pela Ação Ordinária de Cobrança movida por Via Magna, Processo nº 5009223-11.2020.8.13.0079, que tramitava perante o Juízo da 1ª. Vara Cível da Comarca de Contagem – MG já se findou, com decisão judicial transitada em julgado favorável à CEASAMINAS, proferida em 10 de dezembro de 2020, na qual o d. Juízo julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 485, VII, do CPC, com o acolhimento da preliminar de existência de convenção de arbitragem alegada na contestação.

Neste contexto, o referido processo encontra-se na câmara arbitral sob o nº. 329, sendo este o principal valor que compõe o grupo.

b) Trabalhistas

A Companhia é parte passiva em demandas judiciais ajuizadas por empregados próprios ou de prestadores de serviços (terceirizados) relacionadas com a atividade laboral, plano de cargos e salários, acordos coletivos de trabalho e indenizações.

c) Cíveis

As contingências cíveis estão relacionadas com as operações, produtos e serviços ofertados pela Companhia e que ensejam demandas judiciais (geralmente de conteúdo indenizatório, patrimonial ou moral).

13.2 Contingências possíveis (não provisionadas)

Existem ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. Com base nos relatórios emitidos pelos seus consultores jurídicos, tais ações são estimadas em possíveis perdas para a Companhia, são elas:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cível	26.883	26.883
Trabalhista	18.705	18.705
Outras	58.363	-
	103.951	45.588

Logo abaixo estão listadas as ações mais relevantes em que a Companhia figura como Ré, com um possível desfecho negativo:

- a) Cível - Processo n. 4577547-33.2008.8.13.0079 em trâmite na 1ª Instância da Comarca de Contagem/MG: Trata-se de demanda judicial onde a seguradora de concessionários alega ter pago o sinistro a algumas empresas em razão do incêndio do Pavilhão 6 do entreposto de

Contagem/MG da Companhia em outubro de 2006. A seguradora pleiteia o ressarcimento sob a alegação de ter se sub-rogado nos direitos à indenização quitados pela mesma. - Valor da demanda é de R\$ 2.840.

- b) Cível – Processo n.º 5004505-73.2017.8.13.0079, em trâmite perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Ação de Indenização de Qualilight Energia Ltda. contra a CEASAMINAS no valor de R\$ 5.248.
- c) Cível – Processo n.º 5030495-32.2018.8.13.0079, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Tutela Cautelar Antecedente movida por Batuta Produtos Alimentícios Ltda. contra a CEASAMINAS, no valor de R\$ 18.715.
- d) Cível MGI – Minas Participações S.A. - Trata-se de uma ação de execução que a MGI Participações S/A move contra a CEASAMINAS (processo nº 0632087-22.1998.8.13.0024) referente a um terreno localizado em Uberlândia com áreas de 49.500 m2 de um total global de 200.135 m2. Em 18 de junho de 1993, o mesmo foi dado em garantia, objeto de garantia hipotecária em uma escritura pública de empréstimo, onde a Companhia é avalista limitada ao valor do terreno no financiamento concedido a Cooperativa dos Produtores de Hortifrutigranjeiros Ltda. de Uberlândia/MG. Em 2022, a Companhia perdeu o referido processo e já efetivou a baixa do ativo.
- e) Outras – A Companhia é ré em ação no âmbito de procedimento arbitral. Em 31 de dezembro de 2022, a probabilidade de perda era estimada como “remota” pelos assessores jurídicos da Companhia. No tocante à mudança da classificação de risco para “possível” revela-se considerar ser uma análise de contingenciamento mais conservadora por parte dos assessores jurídicos da Companhia.

13.3 Contingência remota (não provisionada) com valores relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – Ministério Público/MG

Em 05 de março de 2015, foi assinado um Termo de Acordo com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, junto a ACCEASA (Associação Comercial da Ceasa), SINTRAMOV (Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral), Ascar (Associação dos Carregadores e Chapas Autônomos da Ceasa/Contagem), SINDICAR (Sindicato dos Carregadores do Mercado Livre de Produtores e de Hortifrutigranjeiros do Entrepasto da CEASAMINAS em Contagem) e APHCCEMG (Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das CEASA do ESTADO de Minas Gerais).

De acordo com o TAC a Companhia compromete-se a não permitir a prestação de serviço de trabalhadores informais não cadastrados, sindicalizados ou não, para o trabalho avulso ou de movimentação de mercadorias, seja junto aos seus concessionários ou para si própria, para que haja imediatamente formalização dos contratos de trabalho dos trabalhadores avulsos e “chapas”, seja pela vinculação direta aos tomadores estabelecidos em seu entreposto comercial, seja pela intermediação da mão de obra, nos moldes da Lei 12.023/09, pelo sindicato representativo dessa categoria profissional, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador exercendo atividade em situação irregular. A fiscalização da atividade irregular de trabalhadores informais não cadastrados no sistema de intermediação sindical, ou sem registro formal do contrato de trabalho, será realizado em conjunto com as entidades envolvidas (ASCAR, SINDICAR, SINTRAMOV, CEASAMINAS, ACCEASA e APHCCEMG).

Em 24 de julho de 2018, o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais emitiu notificação a respeito da multa atualizada no montante de R\$ 425.048 conforme laudo pericial, devido as irregularidades no entreposto conforme deliberação da última audiência na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas

Em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais)



Em 26 de outubro de 2018, através do Despacho no 260129.2018 o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais suspendeu, por ora, a execução da multa. Até a presente data não ocorreram alterações no processo, mantendo suspensa a cobrança de multa.

13.4 Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos em espécie realizados judicialmente para cumprimento das probabilidades de perda em determinados processos judiciais trabalhistas no montante de R\$15.531 em 30 de junho de 2023 (R\$24.370 em 31 de dezembro de 2022). A variação decorre da devolução de um depósito judicial montado em aproximadamente R\$ 9 milhões em janeiro de 2023.

14. Crédito Estado de Minas Gerais (Áreas Reservas Lei 12.422/96 –MG)

O Decreto Estadual nº. 40.963 de 22 de março de 2000, que disciplina o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais a reservar áreas destinadas aos Mercados Livres do Produtores de Minas Gerais.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2013, (i) foi segregado do patrimônio líquido da Companhia o valor referente ao Estado de Minas Gerais, que então, foi transferido para esta rubrica o valor de R\$ 6.305, em contrapartida ao ativo imobilizado registrado naquele período.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social da Companhia realizado em 30 de junho de 2023 expressos em reais é de R\$ 26.138 (vinte e seis milhões cento e trinta e oito mil reais) representados por 5.016.339 (cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, criada na forma da Lei Estadual nº. 5.577 de 20 de outubro de 1970 e da escritura pública lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca de Belo Horizonte/MG registrada no Livro nº 585-E, folhas 1 a 12v, das quais, 99,57% pertencem à União Federal e o restante aos acionistas minoritários.

Acionista	Número de ações	Participação %	Valor (R\$)
União Federal			
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG	4.994.632	99,57	26.025
Prefeitura Municipal de Caratinga/MG	19.152	0,38	100
Rondon Pacheco	2.549	0,05	13
Alysson Paulinelli	1,000	-	-
Abílio Machado	1	-	-
Fernando Antônio R. Reis	1	-	-
Luiz Fernando Cirne Lima	1	-	-
Victor de Andrade Brito	1	-	-
	1	-	-
	5.016.339	100	26.138

15.2. Dividendos propostos

Conforme artigo 59 do Estatuto Observadas às disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas

Em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais)



- I. Absorção de prejuízos acumulados;
- II. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- III. No mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia.

Parágrafo único. O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da Lei. A retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

16. Receita líquida

A composição da receita líquida da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

	<u>01/03/2023 a</u> <u>30/06/2023</u>	<u>01/01/2023 a</u> <u>30/06/2023</u>	<u>01/03/2022 a</u> <u>30/06/2022</u>	<u>01/01/2022 a</u> <u>30/06/2022</u>
<u>Receitas de serviços</u>				
Tarifa de uso – Boxe (a)	10.346	20.391	9.653	18.687
Receitas dos MLP's (e)	3.759	7.390	3.416	6.610
Tarifa de administração (c)	721	1.445	763	1.318
Tarifa de transferência (b)	542	1.026	851	1.463
Processos Licitatórios (d)	1.294	2.712	1.930	4.218
Estacionamento	175	351	152	312
	16.837	33.315	16.765	32.608
<u>(-) Deduções da receita</u>				
(-) PIS	(228)	(446)	(221)	(432)
(-) COFINS	(1.069)	(2.092)	(1.036)	(2.021)
(-) ISSQN	(19)	(38)	(21)	(36)
Serviços cancelados	-	-	-	-
	(1.316)	(2.576)	(1.278)	(2.489)
RECEITA LÍQUIDA	15.521	30.739	15.487	30.119

- a) **Tarifa de Uso** – A receita relativa à “tarifa de uso – box” registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2021 e 2020 (com reconhecimento pelo regime de competência da receita, principal fonte de recurso da Companhia), e são originárias dos Contratos de Concessão de Uso em obediência à Lei n. 8.666/93, substituída pela Lei n. 13.303/16.
- b) **Tarifa de Transferência** – No que tange à “tarifa de transferência” refere-se à receita havida com a transferência, por alteração societária das concessionárias da Companhia (detentoras do direito de uso do espaço concedido), calculadas à razão de 20% do valor avaliado para aludido espaço.
- c) **Tarifa de Administração** - A “Tarifa de Administração” é arrecadada pela Companhia para administração do condomínio.
- d) **Processos Licitatórios** - A receita com “Processos Licitatórios” decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entrepostos da Companhia.
- e) **Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's** – Refere-se à permissão de áreas delimitadas nos Mercados Livres do Produtor – MLP's dos entrepostos da Companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos Produtores Rurais. Outrossim, essas “Receitas dos Mercados Livres do Produtor – MLP's” constituem a principal fonte de receita dos Mercados Livres do Produtor – MLP's existentes na Companhia.

17. Despesas gerais e administrativas

	01/03/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/03/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Gastos com pessoal (a)	(12.182)	(18.074)	(5.778)	(11.674)
Energia elétrica	(47)	(348)	(68)	(365)
Locação	(224)	(448)	(155)	(314)
Serviços contratados de terceiros	(782)	(1.540)	(887)	(1.725)
Manutenção e limpeza	(236)	(638)	(189)	13
Guarda e vigilância	(525)	(1.051)	(645)	(1.195)
RDC - Recuperação Despesas Comuns	(98)	(550)	(475)	(830)
Impostos e taxas	(81)	(353)	(95)	(127)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.646)	(1.646)	(961)	(1.923)
Impairment ativo imobilizado	-	-	(695)	(1.210)
Outras despesas gerais e administrativas	(450)	(913)	(401)	(724)
	(16.271)	(25.561)	(10.349)	(20.074)

(a) Em 22 de maio de 2023, a Companhia juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Ativos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no estado de Minas Gerais – SINDSEP-MG, aprovaram o reajuste acumulado no índice de 25,69% para o período de 2022/2023.

18. Resultado financeiro líquido

	01/03/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/03/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Receitas financeiras				
Juros e multas ativos	142	364	361	851
Rendimentos de aplicações financeiras	1.748	3.334	1.153	1.995
Descontos obtidos	1	1	4	9
Outras receitas financeiras	44	76	22	69
	1.935	3.775	1.540	2.924
(-) Despesas financeiras				
Juros e multas	(17)	(30)	(28)	(40)
Despesas bancárias	(16)	(30)	(13)	(28)
Descontos concedidos	(5)	(15)	(101)	(113)
IOF - Imposto Operação Financeira	(8)	(23)	(20)	(36)
	(46)	(98)	(162)	(217)
RESULTADO FINANCEIRO	1.889	3.677	1.378	2.707

19. Impostos correntes (Imposto de renda e contribuição social)

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social (calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes) e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados, respectivamente, em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 estão abaixo demonstrados:

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro antes do IR e CSLL	6.730	9.082
(+) Adições	4.063	3.794
Provisão para contingência	2.125	3.670
Provisão para perdas esperadas	1.647	
Outras adições	291	124
(-) Exclusões	(5.431)	-

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas

Em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais)



Compensação 30% prejuízo fiscal de exercícios anteriores	(2.310)	-
Outras exclusões	(3.121)	-
Lucro real	5.362	12.876
Imposto de renda e contribuição social (34%)	(1.823)	(4.378)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.823)	(4.378)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	1.068

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

A Companhia não reconheceu tributos diferidos ativos em função ausência de histórico e expectativa de lucros tributáveis. Em 30 de junho de 2023, o valor acumulado não reconhecido é de R\$ 14.477 em 30 de junho de 2023 (R\$ 1.248 em 30 de junho de 2022). Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável futuro, a Companhia poderá registrar esse ativo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

20. Cobertura de seguros (não revisado)

Em 30 de junho de 2023, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

Descrição	Limite máximo de indenização
Responsabilidade Civil Diretores	10.000
Demanda Trabalhista	6.636
Total	16.636

21. Programa Nacional de Desestatização - PND

Por estar incluída no PND, o BNDES passou a conduzir o processo de contratação de estudos técnicos especializados para aprofundamento das análises a fim de assegurar a adequada continuidade das ações visando a desestatização da empresa.

Em 11 de novembro de 2022, foi publicado no Diário Oficial da União, o edital com informações sobre as condições de desestatização da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. — Ceasaminas, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura.

O leilão estava marcado para o dia 22 de dezembro de 2022, às 13h, na sede da B3, em São Paulo (SP), no entanto, no dia 14 de dezembro de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União a suspensão da sessão pública do Leilão do Edital BNDES nº 003/2022 - Ceasaminas - PPI/PND.

A desestatização da Ceasaminas consiste na venda de dois grandes terrenos greenfield (sem uso nem projeto) localizados em Contagem (lote 1) e da empresa (lotes 2) ou desses dois ativos em conjunto (lote 3). Ademais, o vencedor que arrematar a empresa assinará contrato de concessão de uso com o estado de Minas Gerais para operar os Mercados Livres do Produtor (MLP) atualmente geridos pela empresa. Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) PUBLICOU O EDITAL para abertura do leilão e venda da Companhia, marcado para 22 de dezembro de 2022.

22. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes a aprovação destas informações financeiras intermediárias condensadas que mereçam destaque.

Contagem, 10 de agosto de 2023

Administradores:

Luciano José de Oliveira
Diretor Presidente
CPF 261.652.606-91

Carlos Magno Ribeiro Costa
Diretor Financeiro
CPF 498.662.066-53

Felipe Rodrigues Ávila
Diretor Técnico Operacional
CPF 059.654.246-12

Názio Veloso da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG
Contador CPF 357.779.316-34